



A. J. M. L.  
4

## MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM

### Câmara Municipal

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, NA MODALIDADE DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO**

**UM POSTO DE TRABALHO DE TÉCNICO SUPERIOR (ENGENHARIA CIVIL)**

#### ATA

No dia vinte e quatro de março do ano dois mil e vinte, o Júri do procedimento concursal, constituído pelo Chefe de Divisão, António José Santos Pereira, como presidente, pela Técnica Superior, Maria da Assunção Veríssimo Gomes Pereira, como 1.º vogal efetivo e pelo Técnico Superior, Daniel Bruno Lopes Domingues, como 1º vogal suplente, reuniu a fim de fixar os parâmetros de avaliação, ponderação, grelha classificativa e o sistema de avaliação final dos métodos de seleção a aplicar ao presente procedimento concursal. -----

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com os artigos 5.º e 6.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e de acordo com o definido no despacho da Senhora Vice-Presidente da Câmara de 26 de julho de 2019, os métodos de seleção a aplicar serão:-----

- **Métodos obrigatórios: Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica. Método Facultativo: Entrevista Profissional de Seleção.** Estes métodos serão aplicados aos candidatos sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou com relação jurídica por tempo indeterminado e titulares da carreira/categoria que não se encontrem a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho e ainda para os candidatos que se encontrem em situação de requalificação, mas que não tenham, por último, exercido a atividade caracterizadora do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento é publicitado;-----

- **Métodos obrigatórios: Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências; Método facultativo: Entrevista Profissional de Seleção.** Estes métodos serão aplicados aos candidatos que, cumulativamente, sejam titulares da carreira/categoria e se encontrem a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho, exceto quando afastados, por escrito, pelos próprios, caso em que serão utilizados os métodos de seleção aplicados para os restantes candidatos e ainda para os candidatos que se encontrem em situação de requalificação e sendo titulares de carreira/categoria para a qual é aberto procedimento tenham, por último, estado a cumprir ou a executar a atividades caracterizadora do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento é publicitado.-----



**MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM**  
Câmara Municipal

**PC – PROVA DE CONHECIMENTOS**

A prova de conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa. -----

Deliberou o júri, que a prova de conhecimentos incidirá sobre conteúdos de natureza genérica e específica diretamente relacionadas com as exigências da função e assumirá a forma oral, revestindo natureza teórica, de realização individual, com a duração de **cinquenta minutos**, realizada com consulta e incidirá sobre os seguintes temas: -----

- **Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas** - Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação; -----

- **Código do Trabalho** - Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua atual redação; -----

- **Código do Procedimento Administrativo** - Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro; -----

- **Código dos Contratos Públicos** - Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação; -----

- **Quadro de Competências e Regime Jurídico do Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias** - Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação; -----

- **Regulamento da Organização da Estrutura e Funcionamento dos Serviços da Câmara Municipal de Castro Marim** - Regulamento nº73/2019, de 17 de janeiro, publicado no DR, 2ªsérie, nº12; -----

- **Alteração dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Castro Marim** - Despacho nº2146/2020, de 13 de fevereiro, publicado no DR, 2ªsérie, nº31, parte H; -----

- **Regime Jurídico da Urbanização e Edificação** - Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação; -----

- **Regulamentação das Atividades de Conceção, Projeto, Construção e Exploração dos Sistemas Públicos e Prediais de Abastecimento de Drenagem de Água** - Decreto-Lei n.º 207/94, de 6 de agosto; -----

- **Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais** - Decreto-Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto; -----

- **Regime de Revisão de Preços da Empreitada de Obras Públicas e de Obras Particulares e de Aquisição de Bens e Serviços**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro; -----

Na prova oral de conhecimentos, as respostas serão cotadas de 0 a 5 valores, conforme os parâmetros a seguir enunciados: -----

- Resposta bem elaborada, precisa e fundamentada – 5 valores; -----
- Resposta bem elaborada, com fundamentação incompleta – 4 valores; -----



41- MR  
4

## MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM

### Câmara Municipal

- Resposta razoavelmente elaborada – 3 valores; -----
- Resposta com abordagem da questão – 2 valores; -----
- Resposta com abordagem indireta da questão – 1 valor; -----
- Ausência de resposta ou resposta errada – 0 valores. -----

A classificação será feita na escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. -----

#### AC – AVALIAÇÃO CURRICULAR

A avaliação curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. -----

Na avaliação curricular são considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais: -----

- A **habilitação académica** ou nível de qualificação, certificado pelas entidades competentes; -----
- A **formação profissional**, considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional diretamente relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função, adquirida nos últimos 5 anos (2015/2020), devidamente comprovadas sob pena de não ser considerada. ----
- A **experiência profissional** com incidências sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas, devidamente comprovadas sob pena de não ser considerada; -----
- A **avaliação de desempenho** relativa aos últimos dois biénios, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar. -----

A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples das classificações dos elementos a avaliar, com a aplicação da seguinte fórmula: -----

$$AC = (HA + FP + 2EP + AD) / 5$$

Em que: -----

AC = Avaliação curricular -----

HA = Habilitação académica -----

FP = Formação profissional -----

EP = Experiência profissional -----



**MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM**  
Câmara Municipal

Ap. mx  
4

AD = Avaliação de desempenho-----

As regras a observar na valoração dos diversos fatores, são as seguintes:-----

**Habilitações académicas ou nível de qualificação:**-----

- Licenciatura de Bolonha – 10 valores;-----
- Licenciatura pré-Bolonha – 12 valores;-----
- Mestrado – 15 valores;-----
- Doutoramento – 20 valores.-----

**Formação profissional:**-----

- Sem formação – 0 valores;-----
- Até 150 horas de formação na área – 2,5 valores;-----
- Entre 151 e 300 horas de formação na área – 5 valores;-----
- Entre 301 e 450 horas de formação na área – 7,5 valores;-----
- Entre 451 e 600 horas de formação na área – 10 valores;-----
- Entre 601 e 750 horas de formação na área – 12,5 valores;-----
- Entre 751 e 900 horas de formação na área – 15 valores;-----
- Entre 901 e 1050 horas de formação na área – 17,5 valores;-----
- Mais de 1050 horas de formação na área – 20 valores.-----

**Experiência profissional** no desempenho efetivo de funções na área para a qual é aberto o presente procedimento concursal, de acordo com a aplicação dos seguintes critérios:-----

- Até 5 anos de experiência profissional – 1 valor;-----
- Mais de 5 e até 10 anos de experiência profissional – 2,5 valores;-----
- Mais de 10 e até 15 anos de experiência profissional – 5 valores;-----
- Mais de 15 e até 20 anos de experiência profissional – 10 valores;-----
- Mais de 20 e até 25 anos de experiência profissional – 15 valores;-----
- Mais de 25 anos de experiência profissional – 20 valores.-----

**Avaliação de desempenho:**-----



## MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM

### Câmara Municipal

A.3 me  
4

Valor médio das avaliações de desempenho dos últimos três anos, obtida através Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, convertida para a escala de 0 a 20 valores, de acordo com as seguintes regras a observar na valoração:

- Avaliação entre 1 a 1,999 (Desempenho Inadequado) – 5 valores; -----
- Avaliação entre 2 a 2,999 (Desempenho Adequado) – 10 valores;-----
- Avaliação entre 3 a 3,999 (Desempenho Adequado) – 12 valores;-----
- Avaliação entre 4 a 4,999 (Desempenho Relevante) – 15 valores;-----
- Avaliação de 5 (Mérito de excelente) – 20 valores.-----

Na ausência de avaliação de desempenho:-----

- a) Por facto que não seja imputável ao candidato, devidamente justificado, será atribuído 10 valores;-----
- b) Por facto imputável ao candidato ou por não fazer prova documental da avaliação, será atribuído 0 valores.-----

#### AP – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A avaliação psicológica, visa aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente prevenido, podendo comportar uma ou mais fases e será valorada da seguinte forma:-----

Em cada fase intermédia do método, através das menções classificativas de Apto e Não apto. Na última fase do método, para os candidatos que o tenham completado, ou quando o método seja realizado numa única fase, através dos níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.-----

#### EAC – ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

A entrevista de avaliação de competências visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. -----

A aplicação deste método baseia-se num guião de entrevista composto por um conjunto de questões previamente definido, associado a uma grelha de avaliação individual, que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em análise, avaliado segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.-----

#### EPS – ENTREVISTA PROFISSIONAL DE SELEÇÃO

A entrevista profissional de seleção visa avaliar a experiência profissional e aspetos comportamentais, nomeadamente relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, avaliada



## MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM

### Câmara Municipal

Ar me  
4

segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.-----

A classificação a atribuir a cada parâmetro de avaliação resulta da votação nominal e por maioria, sendo o resultado final obtido através da média aritmética simples dos valores atribuídos a cada parâmetro, com a aplicação da seguinte fórmula:-----

$$EPS = (I + II + III + IV) / 4$$

Parâmetros	Níveis				
I - Motivação e interesse profissional	Elevado	Bom	Suficiente	Reduzido	Insuficiente
II - Capacidade de relacionamento	Elevado	Bom	Suficiente	Reduzido	Insuficiente
III - Conhecimento dos problemas e tarefas inerentes às funções a exercer	Elevado	Bom	Suficiente	Reduzido	Insuficiente
IV - Capacidade de expressão e comunicação	Elevado	Bom	Suficiente	Reduzido	Insuficiente
<b>Classificação</b>	<b>20 Valores</b>	<b>16 Valores</b>	<b>12 Valores</b>	<b>8 Valores</b>	<b>4 Valores</b>

#### VALORAÇÃO FINAL

A Classificação e ordenação final dos candidatos que completem o procedimento, resultarão da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos métodos de seleção, a qual será expressa numa escala de 0 a 20 valores, e efetuada com as seguintes fórmulas:-----

- a) Para os candidatos que efetuem a Prova de Conhecimentos, Avaliação Psicológica e Entrevista Profissional de Seleção:-----

$$CF = PC (45\%) + AP (25\%) + EPS (30\%)$$

- b) Para os candidatos que efetuem a Avaliação Curricular, Entrevista de Avaliação de Competências e Entrevista Profissional de Seleção:-----

$$CF = AC (45\%) + EAC (25\%) + EPS (30\%)$$

Em que:-----

CF = Classificação Final-----

PC = Prova de Conhecimentos-----

AP = Avaliação Psicológica-----



## MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM

### Câmara Municipal

AC = Avaliação Curricular -----

EAC = Entrevista de Avaliação de Competências -----

EPS = Entrevista Profissional de Seleção -----

Do resultado de cada método de seleção, será elaborada uma ficha demonstrativa dos resultados. -----

Nos termos dos nºs 9 e 10 do artigo 9º da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que comportam é eliminatório e é excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fase, não lhe sendo aplicado o método ou fases seguintes. -----

Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 27º da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril. Subsistindo o empate, desempatam pela maior experiência profissional e em seguida pela maior formação profissional. -----

Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade. -----

E não havendo nada mais a tratar se encerrou a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do Júri. -----

O Júri do procedimento

Maria de Amélia Jesusma Gomes Pereira

Daniel Bruno Lopes Domingues